

REPRESENTAÇÃO INDÍGENA NAS AULAS DE HISTÓRIA: DO CENTRO-OESTE PAULISTA AO NACIONAL

Nathália dos Santos Ogawa ¹
Cesar de Souza Mesquita ²
Lourdes M. G. C. Feitosa ³

RESUMO

Este relato integra o projeto História Local da Residência Pedagógica em História do Centro Universitário Sagrado Coração – Bauru/SP, financiado pela CAPES e orientado pela Profa. Dra. Lourdes M. G. C. Feitosa e pelo professor preceptor Cesar S. Mesquita. Desenvolvido com os alunos do 8ºB da escola Lydia Alexandrina Nava Cury, de Bauru (SP), o projeto aborda as representações dos povos indígenas brasileiros desde a chegada dos europeus até meados do século XX. O presente relato destaca as vivências durante a aplicação do projeto acerca das representações indígenas brasileiras nas aulas de História, com o objetivo de identificar e analisar, mediante fontes textuais e iconográficas, as formas de apresentação dos povos nativos no processo de ocupação do centro-oeste paulista e do Brasil por parte dos colonizadores, e pela ótica dos próprios indígenas. A metodologia adotada engloba a análise e interpretação de fontes históricas, discussões sobre os conceitos de "apropriação cultural", "representatividade" e "representação indígena", visitas técnicas à Reserva Indígena de Araribá e ao acervo do Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS) do Unisagrado, além de palestras e análises documentais sobre a história de Bauru e região, destacando os povos originários Kaingang, Oti e Guarani. Os resultados preliminares indicam uma concepção estereotipada dos indígenas entre os estudantes, no entanto, os trabalhos realizados permitiram desconstruir esses estigmas, promovendo o reconhecimento da diversidade e valorização dos povos nativos. Como conclusão, os alunos realizarão uma exposição física sobre os povos originários locais, abordando criticamente a perspectiva eurocêntrica nas fontes históricas e no imaginário brasileiro.

Palavras-chave: Representação indígena, História, Fontes históricas, Residência Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este relato parcial apresenta as vivências com estudantes do 8º ano no decorrer do primeiro semestre 2023, durante a implementação do projeto que aborda a relevância do estudo da representação indígena na história em âmbito local e nacional. Este projeto, inserido no Programa Residência Pedagógica, tem como objetivo transcender os desafios presentes no ensino dos povos originários na educação brasileira.

¹Graduanda do Curso de História do Centro Universitário Sagrado Coração – Unisagrado, ogawa.n santos@gmail.com; O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001;

² Professor Preceptor do Programa Residência Pedagógica – Subprojeto de História, Professor Especialista em História Cesar de Souza Mesquita, EMEF Lydia Alexandrina Nava Cury, Bauru-SP, ces.mesquita@hotmail.com;

³ Professora Orientadora do Programa Residência Pedagógica – Subprojeto de História, Profa. Dra. Lourdes M. G. C. Feitosa, Centro Universitário Sagrado Coração – Unisagrado, Bauru-SP, loufeitosa@uol.com.br.

Apesar da obrigatoriedade, estabelecida pela Lei 11.645/2008, de incluir o ensino de História e cultura afro-brasileira e indígena, a representação dos povos indígenas em livros didáticos, artes plásticas e meios de comunicação ainda se encontra restrita e frequentemente permeada por visões distorcidas e estereotipadas. Após séculos de narrativas históricas delineadas pela perspectiva não indígena, torna-se imperativo aproximar da realidade dos estudantes a promoção do estudo da História e História Local com as representações dos povos originários ao longo do tempo, tanto pela visão do "colonizador" quanto pela perspectiva dos próprios nativos, no contexto da formação do Brasil e na fundação das cidades.

A complexidade deste projeto reside na análise das construções da representação dos povos originários pelos europeus e outros colonizadores não indígenas desde os primórdios da colonização. Essas representações contribuíram para a formação de um imaginário distorcido, que deslegitima o papel do indígena na construção da história, cultura e identidade nacional. O desafio é refletir de que maneira essas construções contribuíram para a criação de uma identidade eurocêntrica, desconsiderando a significativa contribuição destes povos na formação da história, cultura e identidade nacional. Conforme Oliveira (1998, apud Correia; Maia, 2021, p. 2):

A visão dos povos indígenas como selvagens contribuiu para a relação de desigualdade e dependência a que tais grupos foram submetidos pelos colonizadores e, em seguida, pela sociedade "branca", que lhe atribuiu ao longo da história uma condição de inferioridade. Assim, a imagem construída – de que eram povos inferiores, atrasados e desprovidos de cultura, justamente por associá-los a animais selvagens – se estabeleceu no imaginário do povo brasileiro ao longo da história.

Com o objetivo de identificar e analisar, em conjunto com os estudantes, as diversas formas de representação indígena ao longo da História local e nacional em fontes variadas, este projeto almejou, de maneira geral, respeitar e aplicar a Lei 11.645/2008, visando a valorização e reconhecimento da pluralidade e diversidade étnica, cultural e linguística dos povos originários, mediante a desconstrução de estereótipos presentes em fontes históricas diversas. Segundo Oliveira (2011, p. 190), "De alguma forma, essas representações podem constituir obstáculos na formação para cidadania, na formação de identidades positivas e no reconhecimento e respeito à memória de diferentes grupos sociais", o que corrobora a afirmação de Koepe, Borges, Lahm (2014, p. 116):

Inserir a temática indígena no currículo de ciências corrobora para a importância do processo educacional no desenvolvimento de novos conceitos éticos, atitudinais e comportamentais em relação a esses grupos, promovendo a problematização das representações escolares equivocadas consolidadas ao longo dos anos.

O reconhecimento da história indígena e a análise de sua representação deve estar presente em toda a educação de forma interdisciplinar, contemplada nas diversas ciências, nas humanidades e nas artes. Assim, os demais objetivos incluem a análise e interpretação das representações presentes nas fontes com o intento de compreender o imaginário social e as disputas de poder que culminaram em uma tentativa de obscurecer a diversidade dos povos indígenas, resultando no desconhecimento de sua realidade e pluralidade mesmo nos dias de hoje. Sua importância compreende o conhecimento da construção de um imaginário social a partir dos conteúdos veiculados nas mídias, nos livros didáticos e na literatura, que associam os povos indígenas a uma identidade reduzida, conforme explicitado no excerto de Koepe, Borges, Lahm (2014, p. 117), “Os textos educacionais descrevem os povos nativos segundo a visão histórica ocidental, reforçando o menosprezo e o racismo. Tanto a mídia analógica como a digital veiculam notícias de massacres, violência e conflito.”; cuja visão deve ser analisada, debatida e desconstruída para reconhecer os povos originários em sua diversidade e em papéis diversos, em que não somente sejam atrelados a conflito, sofrimento e massacres, mas como construtores, produtores e colaboradores de história, cultura e conhecimentos diversos.

Para a análise da representação indígena, diversos conceitos introdutórios foram empregados, a fim de preparar o terreno para aprofundamento posterior do tema. Isso envolveu a introdução de questões contemporâneas relacionadas ao respeito à identidade e ao lugar de fala dos povos indígenas, como "apropriação cultural", "representatividade" e "representação". Recursos didáticos diversos foram utilizados para ampliar as possibilidades de contribuição ao pensamento crítico, incluindo a vivência em uma comunidade indígena local, visitas técnicas a museus e a acervos de pesquisa, proporcionando uma investigação mais aprofundada sobre as representações no que diz respeito às questões étnico-raciais.

A variabilidade de fontes é recurso interessante para pesquisa e maior compreensão das sociedades no decorrer da História, além de auxiliar a didática dentro da sala de aula, conforma apresenta Barros (2020, p. 5-6) sobre o uso das fontes históricas:

[...]os historiadores não possuem outro visor do tempo que não sejam as próprias fontes históricas com as quais já estão acostumados a lidar desde os primórdios da historiografia. Para olhar para o passado e apreendê-lo de alguma forma – mas, sobretudo, para compreendê-lo por dentro, permitindo-nos fazer interpretações adequadas sobre as relações humanas e sociais – precisamos analisar atentamente os vestígios e tudo o mais que este passado nos deixou. Estes vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas do passado em relação ao presente, como de manifestar continuidades entre as duas temporalidades sob formas as mais diversas – são as chamadas “fontes históricas”.

Em síntese, o estudo da representação indígena perpassa uma trajetória histórica que se inicia antes da colonização, abrangendo pinturas rupestres, artefatos arqueológicos e os embates entre os diversos povos indígenas durante a chegada dos europeus, as transformações culturais e políticas, a formação do Brasil e da identidade nacional, e a expansão da fundação das cidades no interior dos Estados. Esta pesquisa, além da perspectiva nacional, incorpora abordagens sobre a História local e a fundação da cidade de Bauru (SP), analisando as consequências da tomada dos territórios indígenas e o subsequente conflito para o desenvolvimento das cidades circunvizinhas, bem como a construção da representação dos povos originários nas fontes locais.

METODOLOGIA

Por meio do Programa Residência Pedagógica, as atividades foram desenvolvidas na EMEF NER - Núcleo de Ensino Renovado Lydia Alexandrina Nava Cury, em Bauru (SP), entre dezembro de 2022 a junho de 2023 com a turma do 8º ano B, sob responsabilidade do Professor preceptor Cesar de Souza Mesquita e da Professora orientadora Lourdes M. G. Conde Feitosa. Os meses de dezembro de 2022 a fevereiro de 2023 foram reservados à preparação do projeto de pesquisa, que contou com reuniões para leitura e discussão de artigos sobre História Local. Nos meses subsequentes, foram aplicadas aulas sob diferentes metodologias, envolvendo diálogos, análise de vídeos, fontes imagéticas, periódicas, reportagens e livros didáticos, contando com fotografias das atividades, aqui apresentadas, preservando a identidade daqueles abaixo de 18 anos.

A primeira aula ocorreu para apresentação da residente, do professor e estudantes, além de introduzir o tema do projeto. Para tanto, foi realizada em dezembro de 2022, uma atividade introdutória de *brainstorm* com perguntas à turma sobre o que entendiam por povos indígenas, sua cultura, origem, moradia, visão na sociedade, sendo as respostas escritas à lousa. Em seguida, foi veiculado o videoclipe *Aguyjevete*, da artista indígena Katú Mirim. Após a atividade e o videoclipe, houve diálogo com a sala sobre os levantamentos realizados, as percepções sobre o videoclipe e a artista, qual a visão que se tem dos povos indígenas no tempo, nos espaços e meios de comunicação. Como complemento à atividade, foi solicitada atividade de pesquisa sobre os povos indígenas na atualidade, a ser entregue de forma impressa ou escrita à mão na semana seguinte, para análise e planejamento das demais atividades.

O retorno às atividades em março de 2023 marcou o início das aulas com a turma do 8ºB. De início, realizadas semanalmente, essas aulas foram desenhadas para engajar os

estudantes na compreensão da identidade indígena e sua representação histórica. Promoveu-se discussões em sala, revisitando aspectos sobre os povos originários, sua diversidade cultural e linguística, e como são representados nas leis, na educação e nos meios de comunicação. Por meio do uso de imagens, apresentações de slides e o videoclipe "Meu Sangue é Vermelho", do artista indígena Owerá, buscou-se fomentar a discussão sobre as impressões dos alunos e sua relação com o conteúdo da aula.

As iconografias utilizadas para análise das representações indígenas em livros didáticos foram selecionadas a partir das obras de Victor Meirelles, "*A Primeira Missa*", de 1861; de Oscar Pereira da Silva, "*Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500*", de 1900; de Jean-Baptiste Debret, "*Índios soldados da província de Curitiba escoltando prisioneiros nativos*", de 1834; e de Theodore de Bry a partir dos relatos de Hans Staden, "*Refeições de antropófagos: Canibais da América do Sul*", do século XVI. As discussões e problematizações foram incentivadas a partir do levantamento sobre os artistas, o contexto de criação das obras e qual o imaginário predominantemente europeu sobre os povos indígenas durante o período de elaboração das obras. Seguindo Oliveira (2011, p. 18) "Também é necessário considerar as relações que os discursos mantêm com a memória e remetê-los à sua formação discursiva para compreender o processo de construção de sentidos", a análise e interpretação das obras permitiu perscrutar os discursos e narrativas do passado a partir da visão eurocêntrica, que foram perpetuados nos livros didáticos sob um viés positivista e ausente de questionamentos sobre a realidade dos povos originários.

Para abordar questões mais complexas sobre os povos indígenas até os dias atuais, as aulas subsequentes exploraram os conceitos de "apropriação cultural", "representatividade" e "representação indígena" através de textos e imagens retirados de livros didáticos, reportagens online e artigos de jornais. Situações-problema foram apresentadas, permitindo que os alunos discutissem e interagissem, expressando suas impressões e identificando formas mais respeitadas de representar os povos originários.

A partir das situações-problema, foi desenvolvida atividade de debate, em que foi sorteado o conceito de apropriação cultural, e a partir dele, a sala se dividiu em três grupos: Um argumentando a favor da apropriação cultural; outro argumentando contra, e um terceiro formado por juízes, que analisaram os argumentos dos dois primeiros para dar um veredito respeitando a história e diversidade dos povos indígenas.

Com o intuito de aprofundar os conceitos e conectar os conteúdos à realidade dos estudantes, atividades sobre História Local foram desenvolvidas nas aulas subsequentes, com a inclusão de uma palestra ministrada pela residente a partir de Pesquisa de Iniciação Científica,

embasada em pesquisas bibliográficas e periódicas, com base em *O BAURÚ*, de 1911-1912, e *O Estado de S. Paulo*, de 1916. Durante a palestra, diversos aspectos relacionados à história dos povos originários de Bauru e região foram abordados, como das etnias Kaingang, Oti e Guarani, juntamente com o desenvolvimento das cidades desde meados de 1850 até os anos de 1920. A criação da Reserva Indígena Araribá e a chegada dos povos *Terena* à região após os anos de 1930 também foram discutidas. Para compreender a representação dos povos indígenas na sociedade da época, as leis brasileiras das Constituições de 1824 e 1891 foram contextualizadas e comparadas à Constituição de 1988, destacando como abordavam e garantiam os direitos dos povos indígenas.

De maneira a fortalecer a compreensão dos estudantes, foram realizadas duas visitas técnicas no mês de abril, uma até a Reserva Indígena Araribá, na Comunidade Tereguá, em Avaí (SP), e outra até o Núcleo de Pesquisa e História – NUPHIS, do Unisagrado, em Bauru (SP).

Na Comunidade Tereguá, através da vivência com o povo *Terena* e *Guarani*, facilitada pela filha do Cacique, Liliane Eloy, os estudantes puderam ter contato com as culturas, brincadeiras, danças sagradas do Grupo Tape Porã, cosmovisão, benção do Pajé, realidade do ambiente. Também foram discutidas as dificuldades e realidade dos povos indígenas apresentadas pelo Cacique Lauro Eloy e pela liderança nacional da Articulação dos Povos Indígenas, Anildo Lulu. A vivência em uma comunidade indígena proporciona a aproximação dos estudantes com a realidade indígena local, desconstruindo conceitos e dialogando com as novas possibilidades de visão de mundo, compreendendo as diferenças e similaridades das construções culturais, conforme detalha Baniwa (2006, p. 50-51) detalha:

A interculturalidade é uma prática de vida que pressupõe a possibilidade de convivência e coexistência entre culturas e identidades. Sua base é o diálogo entre diferentes, que se faz presente por meio de diversas linguagens e expressões culturais, visando à superação da intolerância e da violência entre indivíduos e grupos sociais cultural-mente distintos.

Durante a visita técnica ao NUPHIS, os alunos foram imersos no ambiente de pesquisa científica e no acervo histórico, explorando desde a coleção bibliográfica de origem nacional e internacional até as fontes periódicas locais. Utilizando o periódico *O BAURÚ* da década de 1910, os estudantes conduziram uma atividade prática de pesquisa focada na representação dos povos originários na região, conforme documentado no jornal.

O contato com esse acervo de pesquisa ofereceu aos estudantes uma experiência concreta do conhecimento e dos documentos produzidos pela sociedade, permitindo-lhes

visualizar a produção, cultura e aspirações de uma comunidade em um período específico. A análise dos periódicos do acervo possibilitou aos alunos identificar a construção de uma narrativa, na década de 1910, por parte da sociedade não indígena sobre os povos indígenas locais. Pacheco (2010, p. 145) argumenta sobre a importância dos acervos como contribuição ao ensino de História:

Ao ser reconhecida como narrativa legítima do passado de um grupo social, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social. Nesse momento, a memória para além de lembrança de um passado que já se foi aponta para as potencialidades de um futuro que se deseja construir. Foi justamente em razão desse elemento identitário que os Estados nacionais, os grupos étnicos e diferentes instituições passaram a desenvolver políticas de registro e difusão de sua memória coletiva.

Dessa maneira, o entendimento da História vai ao encontro do reconhecimento da construção das narrativas e como elas influenciaram a forma como eram representados os povos originários. A contribuição dos acervos de pesquisa e o contato com os documentos e periódicos produzidos durante a formação da cidade de Bauru no início do século XX, permitiram reforçar os conceitos e construções trabalhados em aula, fomentando debates, análise crítica e a assimilação de novas linguagens.

As demais atividades, que têm continuidade até dezembro de 2023, consistem no aprofundamento da História Local de Bauru (SP), com a apresentação detalhada sobre os povos originários *Kaingang*, *Oti-Xavante* e *Guarani Nhandewa*, sua história, embates e contribuições à formação da região e a realização, pelos estudantes, de uma exposição no mês de novembro de 2023 sobre os povos originários locais, sua representatividade e valorização no contexto local e nacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares indicam que, a partir dos temas abordados, tornou-se evidente nas primeiras aulas que muitos estudantes, mesmo possuindo algum conhecimento prévio sobre os povos originários, ainda estavam vinculados à concepção do indígena no passado, enquadrado em uma cultura e história homogênea, com escassas possibilidades além de sua tradição cultural. A atividade de brainstorming revelou esse imaginário, que limitava a percepção das questões indígenas apenas a referências de alimentos tradicionais, pesca, caça, florestas e folclore.

Os conceitos de "apropriação cultural", "representatividade" e "representação indígena",

aliados aos videoclipes, textos e imagens apresentados, desempenharam um papel crucial na desconstrução do estereótipo dos indígenas. Esta abordagem revelou-se essencial para o entendimento da História local, das leis brasileiras e para o reconhecimento dos povos indígenas como diversos e detentores de direitos. As visitas técnicas permitiram aos estudantes prosseguir com o processo de desconstrução, vivenciando efetivamente e entrando em contato com a realidade dos povos indígenas locais, bem como com diversas formas de representá-los na sociedade, desde os periódicos de 1910 até os dias atuais.

Ao explorar os periódicos e as Constituições brasileiras, ficou nítida a surpresa dos estudantes ao constatar como as leis, em determinados períodos, não reconheciam todos como cidadãos e brasileiros. Isso incluía não apenas os povos indígenas, mas também negros, mulheres, pobres e analfabetos, que sequer tinham direito ao voto. A contribuição para o estudo da História por meio dos periódicos também se manifestou na percepção dos estudantes em relação às diferenças nas perspectivas da sociedade, na ortografia e nos anúncios, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas às minorias. Diversas observações foram feitas sobre como a sociedade lidava com diversas problemáticas, destacando-se a visão sobre os indígenas como selvagens em sua própria terra, destinados a serem expulsos para dar lugar aos empreendimentos dos não indígenas, como evidenciado nos periódicos locais de meados de 1910.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na continuidade do projeto, serão aprofundadas as discussões sobre as fontes documentais e iconográficas para estudo da representação dos povos indígenas na História local e nacional, sendo utilizados novos recursos, como visitas virtuais ao Museu Índia Vanuíre e ao Museu Ferroviário Regional de Bauru, além de pesquisa pelos estudantes sobre a história e cultura dos povos *Kaingang*, *Guarani Nhandewa*, *Oti-Xavante* e *Terena* para elaboração de atividades artísticas e montagem de exposição ao final do programa.

A contribuição para o estudo da História, sobretudo da história local, ganhou força neste projeto, que através da variabilidade de fontes e ferramentas metodológicas, tem possibilitado aos estudantes uma diversidade nas formas de apreender, discutir e elaborar argumentos para a desconstrução do estereótipo sobre os povos indígenas. A diversidade, relevante nas discussões realizadas, contribui não somente para uma educação decolonial e antirracista, mas também preocupada em fomentar espaços para o debate e estímulo ao pensamento crítico, nos quais os estudantes não sejam meros espectadores, mas façam parte das atividades com liberdade para

discussão. Além disso, a didática através da escuta e empatia, formas e ferramentas metodológicas, estreitam os laços entre a residente e os estudantes e tornam a educação mais humana e natural, sendo essenciais para que o processo educativo ultrapasse a sensação de obrigatoriedade e as tradicionalidades da lousa e giz, incentivando o conhecimento e a busca da criticidade nos mais diversos espaços e fontes.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo financiamento deste trabalho, que aproxima o estudante de graduação da sala de aula, e lhe possibilita aprimorar as metodologias e melhor utilização dos recursos didáticos para a educação; o que lhe confere a oportunidade da disseminação do conhecimento e o estreitamento entre o ensino e a pesquisa em História e as diversas possibilidades no campo do saber. A articulação entre Universidade e escola é essencial para a formação de professores e preparação para os novos desafios na educação, integrando a teoria esmiuçada na Universidade e a prática no ambiente da sala de aula, o que reforça a preparação dos futuros profissionais da educação possibilitando desde cedo o desenvolvimento de novas habilidades que serão fundamentais em diferentes contextos escolares. Além disso, o contato entre o estudante de graduação e o profissional experiente na sala de aula garantem formação contínua e atualizada de ambos os lados, aproximando a Universidade, as pesquisas e inovações da escola e da comunidade na integração e troca de conhecimentos e experiências.

A elaboração deste projeto constitui não só os esforços em pensar a educação atualizada e voltada à formação integral do ser humano, mas também alinhada à formação cidadã para os Direitos Humanos e em total respeito e tolerância à diversidade, à liberdade e às garantias fundamentais que vão ao encontro dos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Agradecimento especial à EMEF NER - Núcleo de Ensino Renovado Lydia Alexandrina Nava Cury e todo seu corpo profissional pela abertura e apoio, à Comunidade Tereguá pela abertura ao conhecimento de sua história e cultura, ao Núcleo de Pesquisa e História (NUPHIS), do Unisagrado, por abrir suas portas na valorização da pesquisa e da História, à professora orientadora Lourdes M. G. C. Feitosa e professor preceptor Cesar S. Mesquita, que contribuíram à essa formação, participando da orientação e manutenção deste projeto e auxiliando durante a execução das aulas e contribuição com sua experiência. Todos os comentários, sugestões e

apreciações foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto e singular interação com os estudantes.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN 978-85-60731-16-9. 232 p. – (Coleção Educação para Todos; 12). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154565>. Acesso em: 21 set. 2023.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Revista Cadernos do Tempo Presente**, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/15006>. Acesso em: 05 maio de 2023.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CORREIA, Sílvia B; MAIA, Luciana M. Representações sociais do "ser indígena": uma análise a partir do não indígena. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, 2021 v. 41, e221380, 1-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/K38kDH3X6NYC5Ywh3bpg6tP/?lang=pt>. Acesso em: 04 maio de 2023.

KOEPPE, Cleise Helen Botelho; BORGES, Regina Maria Rabello; LAHM, Regis Alexandre. O ENSINO DE CIÊNCIAS COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE RECONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES ESCOLARES SOBRE OS POVOS INDÍGENAS. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 115-130, abr. 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172014000100115&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 29 set. 2023.

OLIVEIRA, S. R. Representações das sociedades indígenas nas fontes históricas coloniais: propostas para o ensino de história. **Anos 90, [S. l.]**, v. 18, n. 34, 2011. DOI: 10.22456/1983-201X.23838. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/23838>. Acesso em: 03 maio. 2023.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010. ISSN: 0102-0188. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/kzjDrTkL3qCWxkpX7bnwYdd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 set. 2023.